



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE MORA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 33.499.632,17 euros e um total de Fundos Próprios de 22.729.224,07 euros, incluindo um resultado líquido de 74.017,17 euros), a demonstração dos resultados, o Mapa dos Fluxos de Caixa e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 7.282.951,23 euros de despesa paga e um total de 9.290.301,67 euros de receita cobrada bruta), e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na seção "Bases para opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MORA** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Bases para a opinião com reservas

- 1) Conforme referido no ponto 8.2.12 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, no ano de 2017, ainda não foi realizado, por completo, o levantamento das imobilizações corpóreas e em curso que estão em poder de terceiros, e estão implantadas em propriedade alheia. Não nos foi possível apurar o montante dessas imobilizações.
- 2) Conforme referido no ponto 8.2.14 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, foram identificados bens de Domínio público, que constam do património, não valorizados.
- 3) É de referir que os Bens de Domínio Público afetos aos direitos da Câmara sobre a concessão à EDP de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão, da qual recebe uma renda trimestral calculada conforme o previsto no anexo II do DL 230/2008, não se encontram evidenciados/apurados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Julio Alves, Mário Baptista & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 36
NIPC 501458107 (Soc. Civil com Personalidade Jurídica)



As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- 1) Para os proveitos diferidos, relativos a subsídios comunitários de financiamentos mais antigos, não é apresentado o saldo a reconhecer em exercícios futuros, mas existem bens co-financiados com valor líquido que beneficiaram de financiamentos, estimando-se, porém, que os valores a reconhecer não são materialmente relevantes.
- 2) Pela análise dos documentos das apólices de seguros do Município é nossa opinião que as mesmas não permitem uma adequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em imobilizações corpóreas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de

Júlio Alves, Mário Baptista & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrição n.º 36

NIPC 501458107 (Soc. Civil com Personalidade Jurídica)



segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

Júlio Alves, Mário Baptista & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrição n.º 36

NIPC 501458107 (Soc. Civil com Personalidade Jurídica)

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

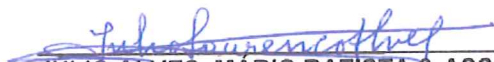
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de Abril de 2018



JULIO ALVES, MÁRIO BATISTA & ASSOCIADOS, SROC
Representada por Júlio Lourenço Alves (ROC Nº 539)